

# Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução

*Contribution to the construction of the categories —  
young person and youth: an introduction*

Clarice Cassab\*

*Submetido em novembro de 2010*

*Aprovado em outubro de 2011*

---

**Resumo:**

Definir o momento da juventude e o sujeito jovem significa entender essas categorias como sendo históricas e culturais. O que pressupõe a compreensão de que os jovens e a juventude são distintos no tempo e no espaço. O trabalho tem como objetivo delimitar essas categorias em seu movimento temporal, sinalizando como ambas são carregadas de sentidos que denotam momentos específicos da história social.

---

**Palavras-chave:**

Juventude. Jovem. Categoria social.

---

**Abstract:**

To define the time of youth and the young person means to understand these categories as being historical and cultural. This presupposes an understanding that young people and youth are distinct in time and space. This study aims to delimit these categories in their movement through time demonstrating how both are loaded with meanings that denote specific moments of social history.

---

**Keywords:**

Youth. Youth person. Social category.

---

\* Professora do curso de Geografia da UFJF. Doutora em Geografia pela UFF. Contato: clarice.torres@ufjf.edu.br

## Introdução

Este artigo compõe, junto com o texto “Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil,”<sup>1</sup> um esforço de reconstruir os sentidos dados ao jovem e à juventude ao longo do tempo. Sendo assim, seu objetivo é o de realizar uma breve apresentação das formas pelas quais foram sendo tratadas, ao longo da história, as categorias jovem e juventude buscando sinalizar como sua construção é determinada por tempos e processos sociais específicos. Adverte-se, contudo, que este texto não se constitui em uma extensa e exaustiva revisão da ampla literatura sobre o tema da juventude. Ao contrário, o que se pretende é apontar algumas das linhas gerais que foram conduzindo as diferentes interpretações e leituras sobre ser jovem. Leituras estas que, sem dúvida, impulsionam distintas estratégias de se lidar com a juventude e com o próprio jovem.

Optou-se por reconstruir esses sentidos a partir das formas pelas quais foram sendo pensados e tratados o jovem (o sujeito) e a juventude (o tempo do sujeito) nos marcos do pensamento ocidental, em particular na Europa e iniciando pelo mundo romano. O que se justifica na medida em que se entende que, muitas das representações que se tem do jovem e da juventude hoje, são herdeiras de representações pretéritas oriundas do pensamento ocidental europeu.

### *A juventude e o jovem no tempo*

Paul Veyne, em sua obra, afirma que aos doze anos os destinos das meninas e dos meninos romanos se diferenciavam. Enquanto as meninas, já então na idade núbil, eram oferecidas em casamento, tornando-se adultas, os meninos, pertencentes a famílias abastadas, davam continuidade aos seus estudos. Assim, prossegue o autor, “aos doze anos o pequeno romano de boa família deixa o ensino elementar, aos catorze anos abandona as vestes infantis e tem o direito de fazer tudo que um jovem gosta de fazer, aos dezesseis, pode optar pela carreira pública, entrar no exército.”<sup>2</sup>

Para Frascett, ao pensar a juventude no mundo romano é possível estabelecer um corte etário que define como puer o indivíduo de até 15 anos. Estaria ele na *adulescentia* entre os seus 15 e 30 anos e

1 Artigo a ser publicado na *Revista Perspectiva* no ano de 2011.

2 VEYNE, Paul. “O império romano”. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (Orgs.) *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, vol. 1, p. 35.

na iuventa dos 35 aos 40 anos. Idades muito díspares daquelas que comumente associamos à juventude e à adolescência. O prolongamento da adolescência e da juventude explica-se pela instituição do patrio poder, pilar da sociedade romana. Assim, em Roma,

não apenas os pais têm sobre os filhos direito de vida e morte, como também o de alargar sob a própria potesta todas as fases da vida dos filhos, até que, depois da morte dos pais, eles mesmos se tornem 'pais de família' para reproduzir e azeitar por sua vez mecanismos de poder idênticos aos que tinham experimentado [...], como se a adolescência e a juventude fossem idades prorrogadas de maneira fictícia com o objetivo de evidenciar a continuação da submissão dos filhos aos pais, detentores efetivos de todos os poderes.<sup>3</sup>

Apesar desse prolongamento, é possível determinar o início da entrada no mundo jovem, na sociedade romana, a partir do rito de passagem simbolizado pela troca da toga *praetexta* da infância pela toga *viril*, que ocorria por volta dos 15 anos para os jovens meninos. A cerimônia do abandono da toga *praetexta* significava que o jovem tornava-se um cidadão livre e gozava de plenos direitos. Depois de um ritual doméstico, quando o jovem trocava sua toga, ele era conduzido, em cortejo, para o Capitólio e o Fórum. A escolha desses lugares também é carregada de forte simbolismo, já que era a “praça pública”, lugar central da vida política da cidade. Esse momento representava o início da vida pública do jovem e da preparação para a vida adulta. Ao longo de um ano, e antes do serviço militar, o jovem passava pelo *tirocinium*. Nesse momento ele é conduzido aos conhecimentos de direito, de prática pública e de eloquência e retórica.

Fraschett também salienta a importância que as associações juvenis tiveram, nos três primeiros séculos do império, na vida urbana do ocidente romano. Segundo o autor, é provável que sua importância se justificasse por uma dupla razão: a de incorporar os jovens na política da cidade e a de exercer o controle social sobre eles. Isso porque essas associações cumpriam o papel de direcionar para ações e espaços mais adequados os impulsos juvenis. É assim que, já no mundo romano, a juventude assume tanto um caráter de transição, momento de preparação para o mundo dos adultos e para a vida pública, quanto uma conotação perigosa. Momento a ser vigiado e controlado pela ordem adulta.

---

3 FRASCHETT, Augusto. “O mundo romano”. In. LEVI, G. & SCHIMITT, J.C. (Orgs.). *História dos jovens: da Antigüidade à Era Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, vol. 1, p.71.

Por outro lado, mesmo sendo considerado um momento potencialmente perigoso, esses jovens romanos, conduzidos aos ensinamentos da vida adulta, gozavam de certa tolerância por parte dos pais. Assim, “durante cinco ou dez anos, o jovem frequentava prostitutas, tomava amantes, com um grupo de adolescentes forçava a porta de uma mulher de vida para uma violação coletiva.”<sup>4</sup>

É necessário frisar que, ainda nesse momento, não é possível falar de uma maioridade legal ou da autonomia do indivíduo ao *patrio* poder. É o pai a figura que decide quando o jovem está na idade de tomar as vestes de homem e encerrar sua fase de preparação para a vida adulta. Foi apenas a partir do século II d.C., com a constituição de uma nova moralidade, que se instaura uma maioridade legal. Nesse momento, a passagem “à idade de homem já não será um fato físico reconhecido por um direito habitual, e sim uma ficção jurídica: de impúbere passa a ser menor legal.”<sup>5</sup> São condenadas muitas das atitudes juvenis até então toleradas. Enfatizam-se os benefícios de se controlar e reprimir os prazeres da juventude em prol de temperar o caráter. Casar cedo era o indício de que a pessoa não tivera uma juventude depravada. Por trás dessa nova moral estava a preocupação quanto à manutenção do patrimônio da família e a necessidade da proteção à propriedade, pois “se a herança paterna demora, um púbere de catorze anos pedirá empréstimos a juros para pagar seus prazeres [...] e acabará devorando de antemão seu patrimônio.”<sup>6</sup> Seria preciso limitar os poderes daqueles que, entendia-se, não teriam ainda plena capacidade de gerirem os negócios familiares.

Já na Idade Média, a concepção de juventude não é nem uniforme e nem imóvel. Pastoureau (1996)<sup>7</sup> apresenta dois sistemas etários no mundo medieval europeu. O primeiro era composto por uma divisão da sociedade associada às quatro estações e aos quatro elementos. Assim, prossegue o autor, a infância seria a primavera, a juventude medieval o verão, momento das tempestades e do calor, a “idade média” o outono e a velhice, o inverno. Um segundo sistema de classificação social privilegiava a idade. A *infantia* correspondia do nascimento até os sete anos, quando então o indivíduo passava para a *pueritia*, idade que se estendia até os 14 anos. Já a *adulescentia* correspondia ao

4 VEYNE, Paul. “O império romano” (...) *Op. cit.*, p.37.

5 *Idem*, p.39.

6 *Idem*, p. 40.

7 PASTOUREAU, M. “Os emblemas da juventude atribuídos a representações dos jovens na imagem medieval”. In: LEVI, G. & SCHIMITT, J.C. (Orgs.) *História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 1, 1996.

período dos 14 aos 21 anos, a *juventus*, dos 21 aos 35 anos e, por fim, a *virilitas*, dos 35 aos 55 anos. Contudo, adverte o autor, essas fronteiras eram bastante flexíveis. O primeiro sistema etário obedece a uma lógica mais profana, enquanto o segundo provém da cultura erudita e clerical, que dava à simbologia dos números um grande peso.

Num caso ou noutro, a juventude, na Idade Média, era frequentemente associada à desordem. Os escritos pintam uma juventude turbulenta, ruidosa, violenta e perigosa. Jovens que não respeitam nada e transgridem a ordem social e moral, desprezando os valores estabelecidos e os mais velhos. Escreve Pastoureau:

É nas imagens do fim da Idade Média que devemos buscá-los [os jovens], nas figuras grotescas e nas marginálias, nas misericórdias, nas muitas raras representações da vida estudantil, dos rituais de inversão, do carnaval ou das algazarras; na representação das festas e dos divertimentos, e mesmo na iconografia de certo número de vícios ou de atividades desonestas. Ali os jovens dançam, jogam, gritam, trapaceiam. Ali ridicularizam as autoridades e os poderes estabelecidos. Ali introduzem ritmo e música.<sup>8</sup>

Rossiaud,<sup>9</sup> em seus estudos sobre a prostituição na Idade Média, mostra como, entre 1436 e 1486, em Dijon, os jovens participaram de 85% do total das agressões sexuais contra mulheres. A ação desses jovens, em muitos casos, ocorria coletivamente, em grupos relativamente homogêneos: jovens do sexo masculino, com grande proximidade etária, solteiros, operários e filhos de pais com o mesmo ofício e idêntico *status social*. O que sugere, de acordo com o autor, o estabelecimento de um determinado perfil de rapazes jovens e protagonistas dessas ações agressivas e perturbadoras. Referindo-se aos jovens na Itália medieval, Pavan-Crouzet afirma:

Que cada sociedade alimente uma imagem singular de seus 'jovens' e de seus 'velhos' é algo bastante óbvio. Mas interessante parece ser a definição sombria dos jovens que os diferentes textos do fim da Idade Média italiana deixam transparecer, vinculando esses *giovani* menos a uma função ou a papéis do que a comportamentos, em grande parte condenáveis.<sup>10</sup>

8 PASTOUREAU, M. "Os emblemas da juventude atribuídos a representações dos jovens na imagem medieval" (...) *Op.cit.*, p. 259.

9 ROSSIAUD, J. *A prostituição na Idade Média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

10 PAVAN-CROUZET, E. "Uma flor do mal: os jovens na Itália medieval". In: LEVI, G. & SCHIMITT, J.C. (Orgs.). *História dos jovens* (...) *Op. cit.* p. 132.

Diante disso, caberia ao restante da sociedade o papel de discipliná-los, orientando seus corpos para os exercícios úteis e, sobretudo, fazer com que se casassem, evitando, com isso, a fornicção e o adultério. O casamento era, desde a Antiguidade, o principal artifício utilizado para conter as explosões juvenis. É interessante notar que, nesse período, a regulação jurídica que delimitava a juventude romana desaparece. Diferentemente do mundo romano, a juventude não era mais vista como um período de preparação para a vida adulta. Na Idade Média, eram critérios morais que delimitavam a definição do jovem. Nesse momento, a juventude passa a ser relacionada à liberdade e à violência e encerra-se com o casamento e a herança.

Mas não era o casamento a única forma de conter os ânimos juvenis. Havia também o envio dos jovens, em especial dos mais abastados, para expedições. Esse era um dos artifícios utilizados para conter a turbulência dessa idade. Era usual que os jovens medievais ingressassem nas Cruzadas ou participassem de longas viagens, muitas vezes financiadas pelo pai de família. Sair de casa, contudo, não era uma tarefa fácil. Muitas vezes, para esses jovens, o mundo se colocava como estranho e mesmo perigoso. Essa era uma das razões pelas quais, de acordo com Roncière,<sup>11</sup> os jovens procuravam nos agrupamentos uma forma de segurança e reconhecimento. Na Europa feudal era comum que jovens se reunissem em confrarias e corporações, que representavam, de um lado, segurança e, de outro, o enquadramento necessário a esses jovens. O autor aponta que, nesse período, era comum o agrupamento de jovens nas chamadas *brigade*, “quer se trate de bando de amigos escoltando um galante em aventura amorosa, ou de grupos alegres reunidos regularmente por bairro, com o único objetivo de banquetear-se e divertir-se (...)”.<sup>12</sup>

Cada *brigade* tinha seus uniformes e rituais próprios, defendidos por seus membros. Daí serem comuns os confrontos e brigas, que explicitavam as rivalidades. Além de ser a forma de sociabilidade de muitos dos jovens medievais, esses agrupamentos, *brigade*, confrarias, bandos, corporações, configuravam-se como uma possibilidade de escapar do poder e controle quase absoluto dos pais. Considerando que, nesse período, os jovens eram colocados à disposição de seus pais e que a autoridade paterna — *patria potesta* — era exercida pelo pai sobre seus filhos de forma irrevogável e absoluta, a possibilidade

11 RONCIÈRE, Charles de la. “A vida privada dos notáveis toscanos da Renascença”. In: DUBY, G. (Org.). *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Cia. Das Letras, vol. 2, 1990.

12 *Idem*, p.171.

de construir um espaço próprio, privado, apontava para um novo horizonte. Assim,

(...) apesar dos freios do costume e das reticências dos pais, os rapazes têm acesso em parte a essa forma superior do privado. As tentativas brotam de todas as partes [...]. Elas chegam a bom termo mais facilmente quando os jovens podem juntar-se a outros grupos que constituem uns tantos privados de substituição: as confrarias, os bandos de jovens, o aprendizado das lojas. Esses grupos mal conhecidos, mas numerosos, contribuem, com seus ritos, com suas badernas, para integrar os rapazes em outras comunidades privadas e, através disso, nessa outra comunidade superior que é a grande coletividade urbana.<sup>13</sup>

Aquele inserido no mundo do trabalho podia, com seu salário, estimular seus gostos, sair, vestir-se bem e estar na moda. As conversas sobre moças, a sedução, as *brigade* amorosas, as conquistas eram práticas comuns e comumente comentadas entre os grupos juvenis. A festa e o ofício eram o lugar do encontro, da liberdade, o lugar onde esses jovens colocavam-se fora do alcance e do controle permanente do pai. Para esses jovens “mal integrados nas instituições os bandos constituem igualmente um contrapoder que os rege, mas sem desventurar suas regras, e que permanece seu assunto privado”.<sup>14</sup>

Dos séculos XVIII e XIX em diante, a juventude é percebida como uma etapa da vida na qual os indivíduos possuiriam uma maneira própria de ver, sentir e reagir – características que seriam específicas dos jovens. A partir desse momento, a juventude é identificada como um período específico da vida, em que se desfruta de certos privilégios. Um momento entre a maturidade biológica e social. Com a industrialização, os jovens, filhos da burguesia, são liberados do trabalho. Entende-se esse período como uma transição, durante o qual o indivíduo deve se preparar para a vida adulta, sendo permitido o tempo livre, o descompromisso, o não-trabalho. Caberia a esses jovens o estudo e o preparo para uma profissão.

A família, até então *locus* principal da educação das crianças e jovens, é paulatinamente substituída pelo estabelecimento escolar, seja em tempo parcial ou em pensionatos. À escola caberia acrescentar a educação aprendida em casa, certa disciplina de trabalho, regras de sociabilidade e civilidade. O colégio representou uma ruptura em rela-

13 RONCIÈRE, Charles de la. “A vida privada dos notáveis toscanos da Renascença”. *Op. cit.*, p. 230.

14 *Idem*, p. 247.

ção à época anterior. Buscando impor uma disciplina total e constante, procurou-se enfatizar

a modernidade dos conteúdos, a eficácia dos métodos e a qualidade sob todos os aspectos – religioso, moral e intelectual – do resultado final, que permite aos jovens fazerem bonito papel na sociedade e exercer os cargos e profissões que as famílias desejam e aos quais lhe asseguram o acesso sua posição, fortuna, rede de relações ou simples acaso.<sup>15</sup>

Assim, se por um lado a escola deveria ser o local de preparação para a vida adulta, por outro ela era o lugar de controle dos impulsos tão comuns à juventude, instrumento de controle da indisciplina e da degradação moral. Mas também onde os jovens aprenderiam o respeito ao patrão e à propriedade, numa sociedade que, cada vez mais, ingressava no mundo burguês capitalista.

O mundo se transforma, o individualismo torna-se marca do novo século. Era preciso preparar os jovens para o trabalho e para alcançar uma profissão condizente com sua família e *status*. A aprendizagem para a vida adulta na esfera escolar deveria preparar o corpo e os sentidos dos jovens na perspectiva de superação de quaisquer revezes da sorte e da aquisição de competências. A juventude prolonga-se e torna-se uma época de formação e de escolhas. Esse é o momento de pensar e se preparar para o futuro, enfrentar as necessidades, manter a vida, poupar recursos, sacrificar os momentos de lazer, tão comuns entre os jovens da Idade Média, em prol dos estudos e do trabalho. Por essa razão,

as novas estruturas educativas, em particular as dos colégios, logo recebem adesão dos pais, convencidos de que seu filho está sempre à mercê de instintos primários que devem ser reprimidos e de que é preciso ‘sujeitar seus desejos ao comando da Razão’. Assim, colocar na escola equivalia a tirar da natureza. Entretanto, não é essa a causa essencial de tal adesão. A nova educação deve seu êxito ao fato de moldar as mentes segundo as exigências de um individualismo que cresce sem cessar.<sup>16</sup>

15 AYMARD, Maurice. “Amizade e convivialidade”. In CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. São Paulo, Cia. das Letras, Vol. 3, 1991, p. 429.

16 GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, vol.3, 1991, p. 324.



Contudo, a oportunidade de retardar as responsabilidades da vida adulta não era para todas as classes sociais. A liberação do trabalho é destinada apenas aos jovens da burguesia. Aos filhos dos trabalhadores não era reservado o direito ao não-trabalho. Ao contrário, eram cedo inseridos nas atividades produtivas. A esses jovens, filhos dos operários, precocemente introduzidos no trabalho fabril, restavam poucas coisas além da obediência e da renúncia. O momento da juventude era completamente esvaziado de esperança e do sentido do futuro, pois eram vistos apenas como uma potencial ameaça. Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente.

Em seu estudo, Perrot<sup>17</sup> procura delimitar como seria a juventude operária no século XIX. Para a autora, a realidade dessa juventude é algo extremamente difícil de apreender. Todavia, Perrot apresenta alguns indícios que permitem distinguir a juventude operária da juventude burguesa. Se essa última, como afirmado, volta-se para as escolas, liceus e universidades, os jovens operários tinham pouco ou nenhum acesso a eles. Precocemente inseridos no trabalho — muitos ainda crianças — esses jovens tinham pouco horizonte e suas energias eram consumidas sem que, ao menos, o trabalho lhes desse a autonomia e o direito dos adultos. Ao contrário, jovens ainda, não gozavam dos direitos que os adultos possuíam. Mesmo na família deviam obediência, silêncio e seu trabalho. Assim, “a juventude é, por um lado, um privilégio de certos segmentos em relação aos outros deles excluídos e, por outro lado, ao mesmo tempo, significa uma exclusão do mundo adulto e de seus poderes, já que se caracteriza como uma fase de subordinação, obediência e incapacidade.”<sup>18</sup>

Mas quais os limites que determinam a juventude? Perrot nos traça como as inúmeras leis que procuraram regular o trabalho nas fábricas, a partir da segunda metade do século XIX, acabaram também por contribuir para a definição dos limites da juventude operária. Essas leis, de acordo com a autora, instauraram uma categoria de jovens trabalhadores:

---

17 PERROT, Michelle. “Figuras e papéis”. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (Orgs.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, vol.4, 1991.

18 CASSAB, Maria A. T. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001, p.66.

A relação com o trabalho é, certamente, o que mais distingue infância e juventude no século XIX. A primeira subtrai-se cada vez mais a ele, a segunda está destinada a ele. A escola concorre com a fábrica no que concerne à infância [...]. Passados os treze anos [...] o trabalho é a norma. Após os dezoito eles são adultos em relação aos deveres, mas não em relação aos direitos, que não têm. A oficina, a fábrica, o canteiro de obras tornam-se assim espaços juvenis, pelo menos lugares da juventude operária.<sup>19</sup>

Se o início da juventude representa, no caso dos jovens operários, a entrada no mundo do trabalho, a determinação de seu término parece ser ainda mais difícil. Contudo, dois elementos parecem sinalizar nessa direção: o casamento e o exército. O casamento significava a possibilidade de inaugurar uma nova família, desvencilhando, dessa forma, o jovem da sua original. Representava, portanto, um dos caminhos possíveis para a independência do jovem e seu ingresso definitivo na vida adulta. O jovem torna-se adulto ao tomar para si a responsabilidade de sustentar e manter sua própria família. O exército, para os homens, também podia representar o final da juventude, ou, mais especificamente, o último rito de passagem para a vida adulta. Loriga<sup>20</sup> chega a afirmar que o exército representava “uma barreira social e efetiva entre a adolescência e a vida adulta, como um divisor de águas entre a escola e o trabalho, entre a família de origem e a própria”. Importante sublinhar, e ainda de acordo com a autora, que em muitos casos os jovens operários chegam ao exército, advindos de uma realidade marcada pela inserção precoce no trabalho e sem nunca terem frequentado a escola. O que distingue o significado do exército para os jovens operários e para os jovens burgueses. Se para os primeiros representava apenas mais um estágio para sua emancipação individual, para os jovens da burguesia, muitos deles estudantes que raramente participavam da vida econômica familiar e tardiamente saíam de casa, o exército tinha um forte significado iniciatório à vida adulta. Ou seja, entre a família de origem e a sua própria família e entre a dependência e independência econômica estavam as armas.

Será nessa transição do século XIX para o XX que se forjam algumas das concepções sobre juventude ainda hoje presentes. A juventude passa a ser associada a um período de emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites. Essa

19 *Idem*, p. 102.

20 LORIGA, Sabina. “A experiência militar”. In. LEVI, G. & SCHIMITT, J.C. (Orgs.). *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 2, 1996, p. 136.

.imagem parece vestir como uma luva os jovens operários. Temidos individualmente ou em seus agrupamentos, são prontamente identificados por um suposto caráter vagabundo, libertino e contestador/desordeiro. Essa representação da juventude como um todo e, em especial, a operária, explica as estratégias de controle sobre os jovens. Com os filhos dos operários o controle se dava, em grande medida, pelo trabalho e pela polícia. Os filhos dos burgueses eram vigiados e controlados pelas instituições de ensino. Groppo afirma:

A criança e, em seguida, o jovem são submetidos a essa instituição que os isola do convívio promíscuo com os adultos; marca neles uma condição diferenciada (que justifica seu isolamento e seu tratamento desigual) e uma condição inferior (que submete o infante e o jovem a uma rede hierárquica de vigilância e punição).<sup>21</sup>

Não apenas a escola, mas, e principalmente, as ciências modernas, contribuíram para atrelar a juventude à perversão. Para o autor, a Modernidade inaugura o momento em que a juventude passa a ser considerada como um estágio perigoso e frágil da vida dos sujeitos. A partir de então, os jovens são vistos como “propícios a contraírem toda espécie de males, doenças do corpo e da mente, perversão sexual, preguiça, delinquência, uso de tóxicos etc. Essa concepção só veio colaborar para o incremento do isolamento, vigilância e esquadrinha-mento dos indivíduos durante sua infância e juventude”.<sup>22</sup>

Da adolescência, vista como o momento do prazer e do descompromisso na Idade Média,

desliza-se imperceptivelmente para o tema do adolescente criminoso [...]. O adolescente é um vagabundo nato. Apaixonado por viagens e mudanças, profundamente instável, ele procede ‘a fugas análogas às dos histéricos e epiléticos incapazes de resistir ao impulso das viagens’. O adolescente tem sua patologia própria: por exemplo, a hebefrenia, definida como ‘uma necessidade de agir que acarreta um desprezo por todos os obstáculos e todos os perigos’, levando ao assassinato.<sup>23</sup>

21 GROPPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 57.

22 GROPPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 58.

23 PERROT, Michelle. “Figuras e papéis” (...) op. cit., p.157.

A juventude, na sociedade capitalista industrial, é concebida como um período de vigilância, disciplinarização e socialização do indivíduo entre sua infância e idade adulta.<sup>24</sup> São mais uma vez forjadas duas representações: a da juventude como sendo uma fase perigosa e como sendo um momento de transição. Essa noção da juventude como um momento crítico é impulsionada também pelo avanço da medicina. Nesse período eram comuns as teses médicas sobre a puberdade, que recomendavam remédios para solucionar ou apaziguar os problemas da juventude. Perrot assim descreve o tom comum destas teses: “em busca de si mesmo, o adolescente é narcisista, ele procura sua imagem moral e física. Sente-se fascinado pelo espelho [...]. Além disso, o desejo sexual do adolescente o conduz à violência, à brutalidade e até ao sadismo (por exemplo, com os animais). Ele aprecia a violação e o sangue.”<sup>25</sup>

Coimbra, Bocco e Nascimento<sup>26</sup> apontam a importância da Psicologia e das ciências da saúde na construção dessa visão e entendimento da juventude. Para as autoras, nesse momento, a adolescência se caracterizaria por atributos psicológicos e biológicos. Assim, mudanças hormonais, glandulares, corporais e físicas típicas desse período, seriam responsáveis por algumas das características próprias da juventude. Essas características são consideradas como próprias e intrínsecas à condição juvenil, em que “qualidades e defeitos como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos de ser adolescente, constituindo uma identidade adolescente”.<sup>27</sup> É sob esse discurso que a juventude se torna um perigo não apenas para o indivíduo jovem, mas também para toda a sociedade.

É também nesse momento que se acentua uma clara preocupação dirigida aos jovens pobres, em sua maioria, revestida de um sentido moral e embasada nas “verdades científicas”. É dessa forma, por exemplo, que o higienismo forja uma categorização da pobreza, definindo as estratégias mais adequadas para a prevenção de possíveis desvios

---

24 GROPPPO, Luis Antonio. Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. *Op. cit.*

25 PERROT, Michelle. “Figuras e papéis” (...) *Op. cit.*, p. 163.

26 COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. “Subvertendo o Conceito de Adolescência”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro: UFRJ. v. 57, n. 1, 2005, pp. 2-11.

27 COIMBRA, C. & NASCIMENTO, M. L. do. “Jovens pobres: o mito da periculosidade”. In: FRAGA, P.C.P. e JUNIANELLI, M.A.S. (orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.4.

vindos dos setores pobres da sociedade. A partir do reconhecimento de uma distinção social quanto aos vícios e virtudes, afirmava-se que os indivíduos oriundos de boas famílias tenderiam naturalmente a desenvolver características virtuosas (bom caráter, trabalhador, honesto). Já aqueles oriundos de famílias desvirtuadas, desestruturadas, carregariam essa má herança e tenderiam ao crime, a atitudes amorais e aos vícios. A partir dessa noção eram tecidas as estratégias para o trato com a pobreza e com os pobres. Afirmo Coimbra:

Aos ‘pobres dignos’, que trabalhavam, mantinham a ‘família unida’ e “observavam os costumes religiosos, era necessário que lhes fossem fortalecidos os valores morais, pois pertenciam a uma classe ‘mais vulnerável aos vícios e doenças’. Seus filhos deveriam ser afastados dos ambientes perniciosos, como as ruas. Os pobres considerados ‘viciosos’, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo – e viverem no ócio, eram portadores de delinquência, libertinos, maus pais e vadios. Representavam um perigo social que deveria ser erradicado; daí a necessidade de medidas coercitivas também para essa parcela da população, considerada de criminosos em potencial.”<sup>28</sup>

Costa<sup>29</sup> pondera que nesse momento tudo que se relacionava aos pobres, direta ou indiretamente, associava-se à ideia de periculosidade. Ideia essa, reforçada, se o indivíduo fosse pobre e jovem. O jovem pobre personificava o perigo e a ameaça por suas características intrínsecas de perversão e criminalidade. Mesmo quando não realizadas, havia sempre o perigo potencial de sua realização futura.

É assim, portanto, que a juventude adentra o século XX como um problema e um campo de intervenção das ciências e das políticas públicas. Seus desejos, seus impulsos, sua imprevisibilidade, precisam ser controlados e disciplinados. O aparecimento de uma juventude libertária, que se movimenta e mobiliza contra o que considera ranços do atraso ou mesmo injustiças, parece contribuir para corroborar essa concepção. O aumento da delinquência juvenil, das manifestações dos estudantes, o movimento da contracultura, os movimentos pacifistas, com forte presença de jovens, o movimento *hippie*, a emergência de uma nova relação com a família de origem, também contribuem para tornar a juventude um problema social.

---

28 *Idem*, p.24.

29 COSTA, Eduardo Antonio de Pontes. *Diário de um pesquisador: jovens pobres em devir na (in)visibilidade da formação profissional*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2007.

### *Considerações finais*

É recorrente na bibliografia o reconhecimento das dificuldades de se definir juventude e jovem. A princípio, é possível delinear três grandes acepções que norteiam o conceito de juventude. Uma primeira, que procurará definir juventude a partir de um recorte etário – entre 15 e 24 anos, no caso da Organização Mundial de Saúde (OMS). A segunda relaciona a juventude a uma fase de transição – a passagem da infância à vida adulta. Por fim, uma última, que associa a juventude a um eterno devir, a um projeto de futuro, sendo, portanto, negado o presente.

A primeira adota diferentes faixas de idades, que definiriam os diversos momentos da vida. Variando de acordo com as instituições e organizações que as definem, essa acepção é ainda central em muitos dos estudos sobre juventude. Para Groppo, uma das características da sociedade capitalista industrial do século XIX foi a criação de uma “cronologização do curso da vida individual, buscando um critério objetivista e naturalista para a determinação da idade de cada indivíduo e tentando delimitar, científica, jurídica e criminalmente, estágios da vida baseados nessa idade cronologizada individualmente”<sup>30</sup> Esse critério, ainda de acordo com o autor, foi determinante para a redução das diferenças sociais e individuais a um denominador universal, diante do qual o curso da vida dos indivíduos foi institucionalizado. Essa acepção, tendo como critério o corte etário, acaba por naturalizar a juventude. Desconsidera-se que os grupos de idade (criança, jovem, adulto e idoso) são uma criação social e fortemente relacionada aos processos de conformação da sociedade contemporânea, como visto nesse trabalho.

Desconsidera-se que os grupos de idade (criança, jovem, adulto e idoso) são uma criação social e fortemente relacionada aos processos de conformação da sociedade contemporânea, como visto nesse trabalho.

Atualmente, é ainda possível identificar a juventude segundo uma leitura que a toma por um momento de transição para a fase adulta, na qual os indivíduos estão em eminente risco de se perderem. Nessa concepção, os jovens são frequentemente pensados como atores sem identidades, vontades, desejos e ações próprias, sendo definidos pela ausência e pelo que não seriam – nem crianças e nem adultos. Sujeitos que precisam de constante vigilância, controle e tutela para que não se pervertam ou não se percam. Mas também é identificável uma representação contraditória da juventude e do significado de ser jovem. De um lado, ela é lida como sinônimo de vitalidade, dinamismo e criatividade; por outro, associada à violência e à delinquência.

30 GROPPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. *Op. cit.*, p.74.

Pensado de forma dual, o jovem ora é tratado como transgressor e delinquente, ora como peça modernizante da sociedade, idealizado como esperança. Nessa concepção abandona-se o entendimento do jovem como agente do presente. Por trás dessa ideia estaria a noção da juventude como uma fase da vida, uma transição. O fato é que a categoria juventude engloba uma série de “diferentes”. São tantas as juventudes quantas são as classes sociais, a etnia, a religião, o gênero, o mundo urbano ou rural e os tempos. Ou seja, juventude é uma categoria socialmente construída. Daí sua mutabilidade ao longo da história.

Do jovem romano ao jovem da Modernidade, os sentidos e as representações da juventude se modificaram em conformidade com a organização social predominante. Uma coisa era o jovem filho de burguês no auge da Revolução Industrial; outra, distinta, era o jovem operário. Assim como se distinguem o jovem romano de família nobre e o jovem escravo. Ou mesmo os jovens medievais, livres para suas festas e algazarras e as jovens medievais, presas aos laços da moralidade, dos costumes, da Igreja e da família, preparadas desde sempre para o casamento; ou mesmo a jovem filha de operário, cujo destino não estaria no exercício de um ofício ou profissão, mas sim na esfera doméstica, no casamento. Assim como é diferente o jovem residente na cidade dos jovens rurais. Também é distinto o jovem dos grupos sociais mais abastados e os jovens pobres urbanos.

A juventude é, portanto, também uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais. Esse é o sentido de se afirmar a juventude como uma categoria socialmente construída. Ou seja, uma representação forjada, tanto pelos grupos sociais, quanto pelos próprios jovens, e que busca traduzir um conjunto de comportamentos, atitudes, aparências a ela atribuídos. Dessa forma, a categoria juventude distancia-se de uma simples definição etária para se aproximar daquela fundamentada na compreensão de que ela é uma representação simbólica e uma situação vivida em comum pelos indivíduos jovens.<sup>31</sup> Sendo categoria social, a juventude é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade, diferenciando-se espacial e temporalmente. E, como visto, é caudatária dos diferentes momentos históricos nos quais foi se construindo o sentido de ser jovem. O esforço, portanto, é o de entender a juventude como uma categoria social constantemente sendo (re)pensada. O que significa questionar a existência de uma juventude homogênea no tempo e no espaço.

---

31 GROPPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. *Op. cit.*, p.74.